



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	362.927.651,87	365.751.441,32
Ordinárias	-	-	Ordinárias	311.665.069,47	326.060.870,05
Vinculadas	-	-	Vinculadas	51.262.582,40	39.690.571,27
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	5.141.063,38	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	43.364.080,33	37.718.162,36
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.757.438,69	1.972.408,91
Transferências Financeiras Recebidas	363.518.028,26	363.044.032,47	Transferências Financeiras Concedidas	3.699.846,53	4.396.509,81
Resultantes da Execução Orçamentária	362.422.034,69	362.640.902,86	Resultantes da Execução Orçamentária	-	85.506,31
Sub-repasse Recebido	362.422.034,69	362.640.902,86	Sub-repasse Devolvido		85.506,31
Independentes da Execução Orçamentária	1.095.993,57	403.129,61	Independentes da Execução Orçamentária	3.699.846,53	4.311.003,50
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.073.196,72	383.209,39	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.699.846,53	4.311.003,50
Demais Transferências Recebidas	11.148,66	9.960,11	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	11.648,19	9.960,11	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	Pagamentos Extraorçamentários	2.300.658,12	3.077.816,72
Recebimentos Extraorçamentários	5.310.778,83	9.001.451,56	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	38.798,35	553.985,02
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	61.138,74	38.798,35	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.054.512,32	2.291.997,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.263.689,35	2.215.075,56	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	207.347,45	231.834,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	207.347,45	231.834,23	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.778.603,29	6.515.743,42			
Arrecadação de Outra Unidade	3.676.751,76	6.515.743,42			
Demais Recebimentos	101.851,53				
Saldo do Exercício Anterior	1.642.426,23	2.822.710,05	Saldo para o Exercício Seguinte	1.543.076,80	1.642.426,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.642.426,23	2.822.710,05	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.543.076,80	1.642.426,23
TOTAL	370.471.233,32	374.868.194,08	TOTAL	370.471.233,32	374.868.194,08



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

EMISSAO 28/01/2021 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			362.927.651,87	362.927.651,87
TOTAL			362.927.651,87	362.927.651,87
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECAÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	355.547.032,35	354.503.015,00	354.453.892,76	-355.547.032,35
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	308.875.079,45	308.875.079,45	308.872.703,23	-308.875.079,45
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	46.671.952,90	45.627.935,55	45.581.189,53	-46.671.952,90
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	7.380.619,52	7.160.947,52	7.148.931,02	-7.380.619,52
Investimentos	-	-	7.380.619,52	7.160.947,52	7.148.931,02	-7.380.619,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	362.927.651,87	361.663.962,52	361.602.823,78	-362.927.651,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	362.927.651,87	361.663.962,52	361.602.823,78	-362.927.651,87
TOTAL	-	-	362.927.651,87	361.663.962,52	361.602.823,78	-362.927.651,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.621,76	520.532,12	384.913,38	384.913,38	146.240,50	-
Pessoal e Encargos Sociais	10.621,76	-	-	-	10.621,76	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	520.532,12	384.913,38	384.913,38	135.618,74	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.694.543,44	1.669.598,94	1.669.598,94	7.525,15	17.419,35
Investimentos	-	1.694.543,44	1.669.598,94	1.669.598,94	7.525,15	17.419,35
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.621,76	2.215.075,56	2.054.512,32	2.054.512,32	153.765,65	17.419,35

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	17.457,49	17.457,49	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	17.457,49	17.457,49	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	21.340,86	21.340,86	-	-
Investimentos	-	21.340,86	21.340,86	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	38.798,35	38.798,35	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	125.970.659,91	117.518.500,72	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.970.659,91	117.518.500,72

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	1.543.076,80	1.642.426,23	PASSIVO FINANCEIRO	1.342.247,44	2.264.495,67
ATIVO PERMANENTE	124.427.583,11	115.876.074,49	PASSIVO PERMANENTE	847.765,54	154.582,73
			SALDO PATRIMONIAL	123.780.646,93	115.099.422,32

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.843.204,91	8.222.441,28
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	4.843.204,91	8.222.441,28
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	4.843.204,91	8.222.441,28
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	4.843.204,91	8.222.441,28

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-250.000,00
Recursos Vinculados	450.829,36
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	450.829,36
TOTAL	200.829,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 28/01/2021	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.740.521,39	12.722.376,94
INGRESSOS	367.503.979,00	369.791.610,12
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	367.503.979,00	369.791.610,12
Ingressos Extraorçamentários	207.347,45	231.834,23
Transferências Financeiras Recebidas	363.518.028,26	363.044.032,47
Arrecadação de Outra Unidade	3.676.751,76	6.515.743,42
Demais Recebimentos	101.851,53	-
DESEMBOLSOS	-358.763.457,61	-357.069.233,18
Pessoal e Demais Despesas	-312.460.910,19	-316.686.646,25
Legislativo	-	-
Judiciário	-255.820.056,23	-260.174.739,39
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-48.811.354,85	-46.108.431,75
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2021 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-7.829.499,11	-10.403.475,11
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-42.395.353,44	-35.754.242,89
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-42.395.353,44	-35.754.242,89
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-3.907.193,98	-4.628.344,04
Dispêndios Extraorçamentários	-207.347,45	-231.834,23
Transferências Financeiras Concedidas	-3.699.846,53	-4.396.509,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.839.870,82	-13.902.660,76
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.839.870,82	-13.902.660,76
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.254.795,44	-11.081.280,34
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.585.075,38	-2.821.380,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-99.349,43	-1.180.283,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.642.426,23	2.822.710,05
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.543.076,80	1.642.426,23



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	367.401.303,11	369.588.552,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.478.916,86	2.072.492,58
Impostos	-	-
Taxas	2.478.916,86	2.072.492,58
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	33.268,93	31.657,42
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-297,92	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	33.566,85	31.657,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	311,31	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	311,31	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	363.720.349,74	365.287.559,53
Transferências Intragovernamentais	363.619.879,79	363.044.032,47
Transferências Intergovernamentais	-	2.224.660,14
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	100.469,95	18.866,92
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	9.909,85
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	5.042,38
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	4.867,47
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.168.456,27	2.186.933,28
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.168.456,27	2.186.933,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	354.975.262,38	363.869.874,93
Pessoal e Encargos	271.493.849,13	269.525.178,50
Remuneração a Pessoal	212.830.504,46	212.541.762,57
Encargos Patronais	42.591.997,41	35.030.486,89
Benefícios a Pessoal	13.153.391,59	19.193.936,99
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.917.955,67	2.758.992,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	52.466.651,36	46.644.952,64
Aposentadorias e Reformas	42.690.087,57	42.101.592,58
Pensões	4.561.087,16	3.991.803,86
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.215.476,63	551.556,20
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.507.035,56	34.054.909,04
Uso de Material de Consumo	698.302,30	996.908,57
Serviços	24.523.192,30	31.485.243,08
Depreciação, Amortização e Exaustão	285.540,96	1.572.757,39
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.780,43	1,70
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.578,82	1,70
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	201,61	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.699.846,53	10.026.758,91
Transferências Intragovernamentais	3.699.846,53	4.396.509,81
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	5.630.249,10
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	195.834,21	1.399.638,68
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	195.834,21	1.399.638,68



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90006 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Tributárias	1.605.489,73	2.189.655,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.340,49	9.384,42
Contribuições	1.600.149,24	2.180.271,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.775,43	28.780,02
Premiações	3.195,35	600,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.580,08	28.180,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	12.426.040,73	5.718.677,73

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2020	2019

**DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
(Declaração com Restrição)**

DENOMINAÇÃO COMPLETA	CÓDIGO DA UG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE	090006

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 da Justiça Federal de Primeiro Grau – Ceará (JFCE).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxos de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

**1. SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB (Restrição Contábil 640)
2. FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIÇÃO ATIVO IMOBILIZADO (Restrição Contábil 642)**

Os saldos das contas contábeis de bens móveis registrados no SIAFI estão divergentes dos valores constantes no Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB emitido pela Seção de Patrimônio. O exercício de 2020 encerrou com diferença de R\$ 801.824,39 a maior no SIAFI.

A Seção de Patrimônio informou sobre a necessidade da realização de um inventário para posterior reavaliação dos bens móveis, pois consta divergência entre a realidade dos fatos e o que está registrado no sistema de controle patrimonial (Geafin) – responsável pelo cálculo da depreciação. Dessa forma, o referido sistema calcula a depreciação com base em valores que não refletem com fidedignidade o acervo desta Seccional. Tendo em vista essa inconsistência de saldos, a depreciação não foi lançada no SIAFI em 2020.

Com o objetivo de sanar tais inconsistências, foi aberto o PA 0000850-09.2019.4.05.7600 referente à avaliação dos bens móveis (adoção do valor justo) e constituída a Comissão de Reavaliação de Bens no âmbito da Seção Judiciária do Ceará, conforme Portaria da Direção do Foro nº 74/2019.

Ao final do trabalho da Comissão de Reavaliação, será possível proceder ao ajuste de contas entre o GEAFIN e o SIAFI, bem como iniciar o processo de lançamento da depreciação, atentando para as regras constantes no MCASP, na Macrofunção 020343 (Bens Móveis), na Resolução CJF nº 462/2017 e em outras normas pertinentes.

3. FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS (Restrição Contábil 634)

- **Bens Móveis**

A depreciação dos bens móveis da Justiça Federal de Primeiro Grau – Ceará não foi registrada, no SIAFI, no exercício de 2020.

A Seção de Patrimônio informou que o registro da depreciação não foi efetuado devido à divergência entre os saldos das contas contábeis de bens móveis registrados no SIAFI e os valores constantes no RMB.

No intuito de dirimir essa inconsistência, foi aberto o processo SEI 0000850-09.2019.4.05.7600 referente à avaliação dos bens móveis (adoção do valor justo) e constituída a Comissão de Reavaliação de Bens no âmbito da Seção Judiciária do Ceará, conforme Portaria da Direção do Foro nº 74/2019.

Ao término do trabalho da Comissão de Reavaliação, será possível proceder ao ajuste de contas entre o sistema de controle patrimonial, Geafin, e o SIAFI, bem como iniciar o processo de lançamento da depreciação.

- **Bens Imóveis**

A Macrofunção SIAFI 020344 – Bens Imóveis, no item 5.3.2, orienta que seja adotada a reavaliação com o objetivo de refletir adequadamente a expectativa de geração de benefícios econômicos ou potenciais de serviços pelo bem imóvel.

A última reavaliação dos imóveis da JFCE, consoante relatório do SPIUnet – sistema de gerenciamento dos imóveis da União, foi em 2007. Ademais, os bens imóveis desta Seccional com pendência de registro no SPIUnet não passaram por reavaliações.

Sobre o tema, o MCASP, 8ª ed., dispõe que a frequência com que as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão reavaliados. Ressalte-se que os procedimentos e requisitos gerais para reavaliação dos bens imóveis da União são disciplinados pela Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, de 10/12/2014.

O setor responsável informou que foi aberto o processo SEI 0005199-21.2020.4.05.7600 relativo à necessidade de reavaliação dos imóveis da União em uso por esta Seção Judiciária. O referido processo está em fase de instrução.

4. FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL AMORTIZAÇÃO ATIVO INTANGÍVEL (Restrição Contábil 643)

Durante o exercício de 2020, não houve lançamento de amortização mensal no tocante aos softwares de vida útil definida. Constataram-se divergências entre os sistemas de informação da JFCE (SIAFI e GEAFIN) no que tange à classificação dos

softwares quanto à vida útil (definida e indefinida), como também em relação ao valor incorporado ao patrimônio. No intuito de regularizar essas inconsistências, o Gabinete do Núcleo Financeiro e Patrimonial (GABNFP) demandou ao Núcleo de Tecnologia de informação (NTI) uma avaliação dos softwares ativados no Balanço Patrimonial da JFCE.

As informações prestadas pelo NTI foram encaminhadas à Seção de Patrimônio para este setor efetuar os ajustes necessários (inclusões, baixas, reclassificações) no sistema de controle patrimonial (GEAFIN), responsável pelo cálculo da amortização.

Após a atualização dos dados no sistema de patrimônio, será possível proceder ao ajuste de contas entre o GEAFIN e o SIAFI, assim como efetuar os lançamentos relativos à amortização dos softwares de vida útil definida no SIAFI.

Local	Fortaleza – CE	Data	08/01/2021
Contadora Responsável	Juliana Almeida Costa	CRC/CE	024104/O-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2020

1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal de Primeiro Grau – Ceará (JFCE) foram elaboradas tomando por base os dispositivos constantes na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 8ª edição (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis da JFCE foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP e MCASP (modelo PCASP), sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2. Notas Explicativas

2.1. Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

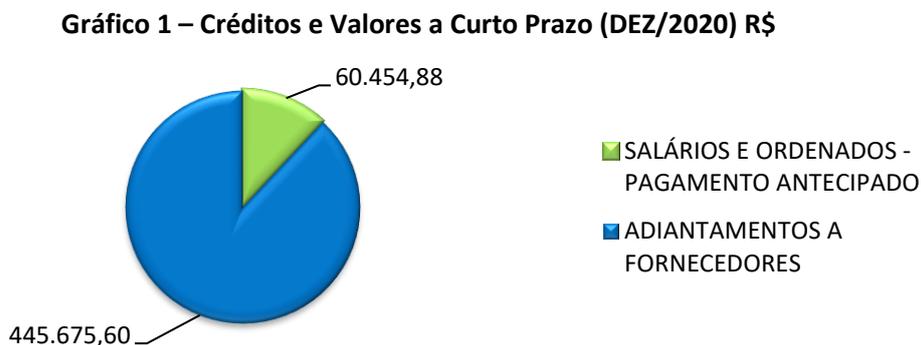
O Caixa e Equivalente de Caixa da JFCE é composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União para atender as despesas com vinculação de pagamento.

Em 31/12/2020, a JFCE apresentou saldo de R\$ 1.543.076,80 relacionados ao limite de saque, sendo aproximadamente 70% desse valor destinado ao pagamento de despesas contratuais, inscritas em restos a pagar, relativas à competência de dezembro/2020.

Nota 02 - Créditos e Valores a Curto Prazo

O subgrupo Créditos e Valores a Curto Prazo compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. A JFCE, em 31/12/2020, apresentou um

saldo de R\$ 506.130,48 relacionados aos valores a receber no curto prazo, distribuídos conforme gráfico 01:



Fonte: SIAFI

A conta contábil Adiantamentos a Fornecedores representou 88% dos créditos a curto prazo. O valor de R\$ 445.675,60 é relativo ao pagamento antecipado do contrato administrativo nº 64/2020, celebrado com a Empresa Decision Serviços de Tecnologia da Informação LTDA., que tem como objeto a aquisição de licenças de softwares.

Já o saldo de R\$ 60.454,88 constante na conta contábil Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado refere-se à antecipação de salários no período de férias, ainda não descontados, a serem restituídos em 2021, conforme informação da Seção de Folha de Pagamento.

Nota 03 – Ativo Não Circulante - Imobilizado

O imobilizado da Justiça Federal de Primeiro Grau – Ceará é segregado em bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2020, a JFCE apresentou um saldo de R\$ 113.747.763,63 relacionados a imobilizado.

Bens Móveis

Os bens móveis da JFCE em 31/12/2020 totalizaram R\$ 34.132.124,11 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Bens Móveis – Composição

R\$

	DEZ/2020	DEZ/2019
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.896.421,53	1.923.510,37
Bens de Informática	21.129.457,83	20.139.043,64
Móveis e Utensílios	7.719.431,54	7.699.219,02
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.717.671,93	1.965.390,95
Veículos	1.429.218,32	1.401.668,32
Armamentos	27.615,29	28.875,64
Demais Bens Móveis	93.200,40	57.200,40
Total	34.013.016,84	33.214.908,34

Ressalte-se que o saldo apresentado no Balanço Patrimonial não está conciliado com o saldo do sistema de controle de bens, conforme evidenciado na restrição 640 apontada na Declaração do Contador.

Tendo em vista essa inconsistência de saldos, a depreciação calculada pelo sistema de controle de bens não foi lançada no SIAFI (restrição 642 apontada na Declaração do Contador). Portanto, os valores relativos aos bens móveis estão superavaliados no Balanço Patrimonial da JFCE.

Bens Imóveis

Referem-se a bens de uso especial utilizados para a realização das atividades da JFCE.

Em 31/12/2020, os bens imóveis totalizaram R\$ 79.615.639,52 e estão distribuídos em diversas contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Bens Imóveis - Composição

R\$

	2020	2019	Variação (%)
Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet	18.974.374,92	18.974.374,92	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	-	3.472.833,97	-
Instalações	1.112.407,13	75.100,00	1381,23%
Demais Bens Imóveis	64.180.443,15	57.620.801,97	11,38%
Subtotal	84.267.225,20	80.143.110,86	5,15%
Depreciação/Amortização Acumulada	-4.651.585,68	-4.366.044,72	6,54%
Total	79.615.639,52	75.777.066,14	5,07%

Fonte: SIAFI

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O saldo de R\$ 64.180.443,15 constante no item “Demais Bens Imóveis” refere-se aos valores dos bens imóveis cujos processos de regularização junto à SPU ainda estão em andamento. O acréscimo observado nessa conta da ordem de 11,38%, em 2020, refere-se à incorporação ao valor dos imóveis das obras concluídas no decorrer do exercício.

Nota 04 – Intangíveis

O intangível é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

A JFCE, em cumprimento à norma específica, classifica a vida útil do ativo intangível em definida ou indefinida.

A tabela seguinte demonstra a composição dos bens intangíveis e respectivos saldos contábeis:

	2020	2019	Variação (%)
Softwares com vida útil definida	6.269.425,08	3.169.875,30	97,78%
Softwares com vida útil indefinida	2.786.765,09	2.520.545,09	10,56%
Total	9.056.190,17	5.690.420,39	59,15%

Fonte: SIAFI

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível com vida útil definida não foi contabilizada em 2020. Constataram-se divergências entre os sistemas de informação da JFCE, SIAFI e sistema de controle patrimonial, no que tange à classificação dos softwares quanto à vida útil, assim como em relação ao valor incorporado ao patrimônio, consoante evidenciado na restrição 643 apontada na Declaração do Contador.

Tendo em vista a ausência do registro da amortização dos bens intangíveis de vida útil definida, os valores relativos a esses bens estão superavaliados no Balanço Patrimonial da JFCE.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

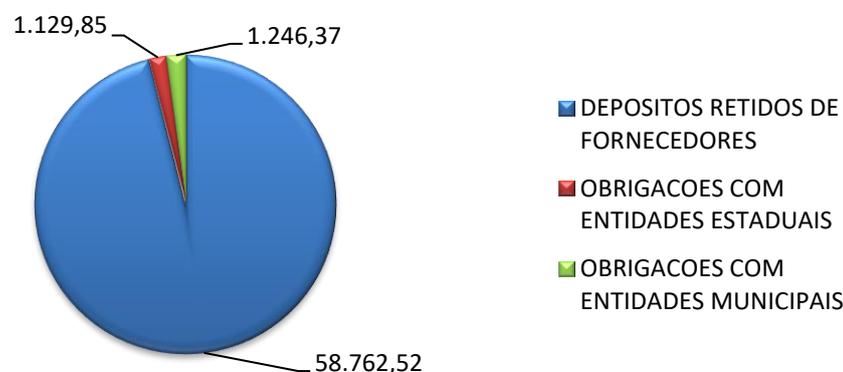
Em 31/12/2020, a JFCE apresentou um saldo de R\$ 847.765,54 relacionado a obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo. Trata-se do pagamento de pessoal, mais especificamente da apropriação por competência do terço constitucional de férias.

A apropriação mensal por competência é necessária na medida em que cada mês trabalhado pelo servidor ou empregado enseja na necessidade de reconhecimento da obrigação por parte da unidade pagadora.

Nota 06 – Demais Obrigações a Curto Prazo

A JFCE, em 31/12/2020, apresentou um saldo de R\$ 61.138,74 relacionados às demais obrigações a curto prazo, distribuídos conforme gráfico 02:

Gráfico 2 – Demais Obrigações a Curto Prazo (DEZ/2020) R\$



Fonte: SIAFI

A conta contábil Depósitos Retidos de Fornecedores, no valor de R\$ 58.752,52, representou 96% do subgrupo “Demais Obrigações a Curto Prazo”. Esse saldo é relativo a glosas provisórias de notas fiscais, efetuadas como medida preventiva e acautelatória, até ulterior deliberação. Segue especificação:

- a) Edro Engenharia Ltda – Contrato nº 28/2020 referente aos serviços especializados em engenharia para execução de recuperação/reforço da estrutura de concreto armado do Edifício Lauro Leitão e Sebastião Reis - Anexo Aldeota. Glosa provisória, no valor de R\$ 12.016,50, relativa aos encargos sociais que a contratada deveria ter pagado ao engenheiro encarregado da obra e ao técnico em segurança do trabalho pelos serviços prestados.
- b) Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda – Contrato nº 03/2016 referente aos serviços de limpeza, conservação e higienização nos bens móveis e imóveis da Seção Judiciária do Ceará. Glosa provisória, no valor de R\$ 46.746,02, devido à impossibilidade de compensação de banco de horas negativo pela contratada ante a proximidade do encerramento da vigência contratual.

Os demais valores que compõem o subgrupo de contas supracitado são referentes ao ressarcimento de pessoal requisitado aos órgãos de origem.

Nota 07 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Do saldo de R\$ - 4.689.404,74, as principais movimentações que o compõem estão dispostas a seguir:

Tabela 4 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Principais movimentações em 2020

Descrição	R\$
Ressarcimento de pessoal requisitado - exercícios anteriores	385.203,75
Pagamento de honorários periciais decorrentes de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) - competência 2019	464.746,42

Pagamento de despesas com pessoal provenientes de exercícios anteriores, inclusive saldo remanescente da PAE - Parcela Autônoma de Equivalência	3.395.452,08
Pagamento referente à liquidação do débito de passivos devidos a Magistrados falecidos	334.990,61

Fonte: SIAFI

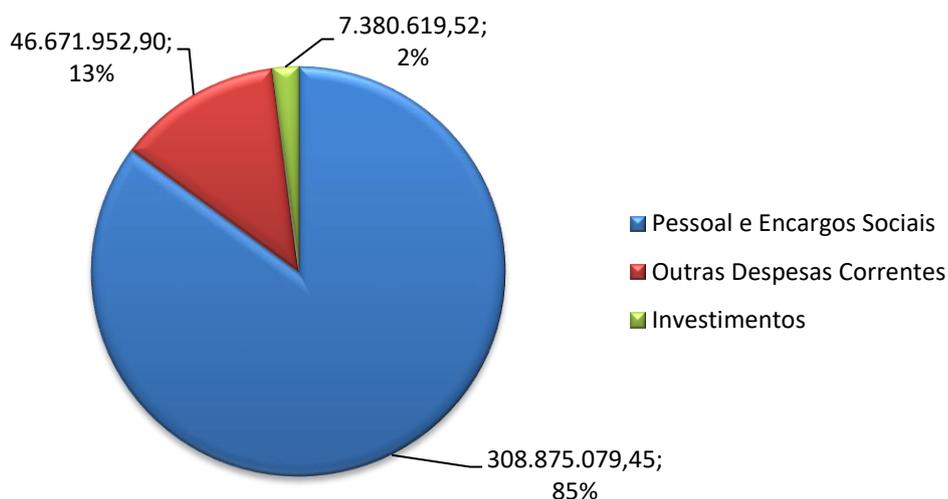
2.2. Balanço Orçamentário

Nota 08 – Execução Orçamentária da Despesa

O enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964 reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária executada no exercício.

No gráfico seguinte, tem-se a repartição da despesa executada no exercício de 2020 por grupo de despesa:

Gráfico 3 – Execução Orçamentária da Despesa



Fonte: SIAFI

Nota 09 – Execução de Restos a Pagar

Na tabela seguinte, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Processados (RPP), inscritos em exercícios anteriores, executados até o final do exercício de 2020:

Tabela 5 – Execução de Restos a Pagar

R\$

Restos a Pagar	Valor Inscrito	Pagos	Cancelados	Saldo	Realização (%)
Não Processados	2.225.697,32	2.054.512,32	153.765,65	17.419,35	92,31%
Processados	38.798,35	38.798,35	-	-	100,00%
Total	2.264.495,67	2.093.310,67	153.765,65	17.419,35	92,44%

Fonte: SIAFI

Conforme se observa na tabela 5, a JFCE executou e pagou em 2020 aproximadamente 92% dos RPNP inscritos em exercícios anteriores, passando um

saldo a pagar para o exercício de 2021 de R\$ 17.419,35. Em relação ao RPP, a JFCE pagou integralmente o valor inscrito. No total, tem-se um índice de 92,44% de realização de pagamentos de Restos a Pagar no exercício de 2020.

2.3. Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 10 – Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Em 31/12/2020, a Justiça Federal de 1º Grau – Ceará apresentou saldo no item Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria no valor de R\$ 2.478.916,86. Este valor refere-se à arrecadação das custas judiciais devidas à União de acordo com a Lei nº 9.289 de 4 de julho de 1996.

Nota 11 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intragovernamentais e intergovernamentais.

Esse grupo representa praticamente os valores de sub-repasses recebidos decorrentes da execução do orçamento.

Tabela 6 – Transferências e Delegações Recebidas R\$

	2020	2019	Variação (%)
Transferências e Delegações Recebidas	363.720.349,74	365.287.559,53	-0,43%

Fonte: SIAFI

Nota 12 – Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos. Isto é, compreende os gastos com diárias, material de consumo, serviços diversos, depreciação, amortização, dentre outros.

A tabela 7 discrimina o grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo da JFCE em 2020 comparativamente ao exercício de 2019:

Tabela 7 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição R\$

	2020	2019	Variação (%)
Uso de Material de Consumo	767.912,20	996.908,57	-22,97%
Serviços	24.523.192,30	31.485.243,08	-22,11%
Depreciação	285.540,96	1.572.757,39	-81,84%
Total	25.576.645,46	34.054.909,04	-24,90%

Fonte: SIAFI

Da tabela 7, observa-se uma redução de 24,90% no grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo em relação ao exercício anterior, ocasionada principalmente pelas suspensões e supressões contratuais realizadas em decorrência da restrição das atividades presenciais devido à pandemia do novo coronavírus.

A depreciação evidenciada na tabela 8 refere-se ao declínio do potencial de geração de serviços dos bens imóveis da JFCE, consoante metodologia de cálculo disposta na Portaria Conjunta SPU/STN nº 703/2014. Conforme exposto nas Notas 3 e 4, a depreciação dos bens móveis e a amortização dos ativos intangíveis não foram lançadas no SIAFI no exercício de 2020, haja vista inconsistências entre os saldos do SIAFI e os saldos constantes no sistema de controle patrimonial.

Nota 13 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

Em relação ao exercício de 2020, os fatos que ensejaram nas desvalorizações e nas perdas patrimoniais referem-se à desincorporação de ativos, mais especificamente: baixa de bem de consumo contabilizado como material permanente, baixa de licença de software e baixa de bens móveis considerados irre recuperáveis.

Local	Fortaleza – CE	Data	08/01/2021
Contadora Responsável	Juliana Almeida Costa	CRC/CE	024104/O-5

RELATÓRIO DE INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2020	
Denominação completa	Código da UG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - CE	090006

1. Saldo contábil dos bens móveis não confere com RMB (Restrição Contábil 640)

Os saldos das contas que integram a conta contábil 1.2.3.1.1.00.00 Bens Móveis - Consolidação divergem dos valores constantes no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB).

A Seção de Patrimônio informou sobre a necessidade da realização de um inventário para posterior reavaliação dos bens móveis, pois consta divergência entre a realidade dos fatos e o que está registrado no sistema de controle patrimonial (Geafin) – responsável pelo cálculo da depreciação. Dessa forma, o referido sistema calcula a depreciação com base em valores que não refletem com fidedignidade o acervo desta Seccional.

Foi aberto o PA 0000850-09.2019.4.05.7600 referente à avaliação dos bens móveis (adoção do valor justo) e constituída a Comissão de Reavaliação de Bens no âmbito da Seção Judiciária do Ceará (SJCE), conforme Portaria da Direção do Foro nº 74/2019.

Ao final do trabalho da Comissão de Reavaliação, será possível proceder ao ajuste de contas entre o GEAFIN e o SIAFI, bem como iniciar o processo de lançamento da depreciação, atentando para as regras constantes no MCASP, na Macrofunção 020343 (Bens Móveis), na Resolução CJF nº 462/2017 e em outras normas pertinentes.

2. Falta de registro da depreciação – Ativo Imobilizado (Restrição Contábil 642)

A depreciação dos bens móveis da Justiça Federal de Primeiro Grau – Ceará não foi registrada, no SIAFI, no exercício de 2020.

Conforme relatado acima, a Seção de Patrimônio informou que o registro da depreciação não foi efetuado devido à divergência entre os saldos das contas contábeis de bens móveis registrados no SIAFI e os valores constantes no RMB.

Com o objetivo de sanar tais inconsistências, foi aberto o PA 0000850-09.2019.4.05.7600 referente à avaliação dos bens móveis (adoção do valor justo) e constituída a Comissão de Reavaliação de Bens no âmbito da Seção Judiciária do Ceará, conforme Portaria da Direção do Foro nº 74/2019.

Ao final do trabalho da Comissão de Reavaliação, será possível proceder ao ajuste de contas entre o GEAFIN e o SIAFI, bem como iniciar o processo de lançamento da depreciação.

3. Falta de avaliação bens imóveis (Restrição Contábil 634)

A última reavaliação dos imóveis da JFCE, consoante relatório do SPIUnet – sistema de gerenciamento dos imóveis da União, foi em 2007. Ademais, os bens imóveis desta Seccional com pendência de registro no SPIUnet não passaram por reavaliações.

A área técnica responsável informou que foi aberto o processo SEI 0005199-21.2020.4.05.7600 relativo à necessidade de reavaliação dos imóveis da União em uso por esta Seção Judiciária. O referido processo está em fase de instrução.

4. Falta de registro da amortização de ativos intangíveis (Restrição Contábil 643)

Durante o exercício de 2020, não houve lançamento de amortização mensal no tocante aos softwares de vida útil definida. Constataram-se divergências entre os sistemas de informação da JFCE (SIAFI e GEAFIN) no que tange à classificação dos softwares quanto à vida útil (definida e indefinida), como também em relação ao valor incorporado ao patrimônio. No intuito de regularizar essas inconsistências, o Gabinete do Núcleo Financeiro e Patrimonial (GABNFP) demandou ao Núcleo de Tecnologia de informação (NTI) uma avaliação dos softwares ativados no Balanço Patrimonial da JFCE.

As informações prestadas pelo NTI foram encaminhadas à Seção de Patrimônio para este setor efetuar os ajustes necessários (inclusões, baixas, reclassificações) no sistema de controle patrimonial (GEAFIN), responsável pelo cálculo da amortização.

5. Saldo na conta contábil 12321.99.05 - Bens Imóveis a Classificar/a Registrar

A JFCE encerrou o exercício de 2020 com saldo de R\$ 64.180.443,15 na conta contábil 12321.99.05 – Bens Imóveis a Classificar/a Registrar, o que representa aproximadamente 76% do total dos bens imóveis desta Seção. Tal saldo é decorrente de pendências de registro dos referidos imóveis.

O setor responsável prestou as informações relativas à situação de cada imóvel, assim como às providências em curso para regularização, conforme planilha anexa. Adicionalmente, informou que foram solicitadas, através do PA 0005199-21.2020.4.05.7600, providências para que sejam avaliados todos os imóveis da União em uso pela SJCE, tanto os imóveis já cadastrados no SPIUnet, quanto os imóveis em processo de regularização junto à SPU.

Por fim, ressaltou que, em 2021, serão intensificadas as tratativas a fim de viabilizar a regularização dos imóveis da JFCE junto à SPU.

6. Ausência de realização de Inventário Anual de Bens

Nos exercícios de 2019 e 2020 não foram realizados os Inventários Anuais de Bens, o que impossibilitou o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio, assim como a identificação das divergências e ajustes necessários para que o Balanço Patrimonial possa refletir, com fidedignidade, os bens da JFCE com os dados registrados nos sistemas Geafin e SIAFI.

A Seção de Patrimônio informou que diante do processo de desfazimento de bens realizado em 2019, bem como do processo de recebimento, tombamento e distribuição de grande volume de bens adquiridos em 2019 concluído somente em setembro de 2020, não foi possível a realização do inventário relativo ao exercício de 2019.

Considerando a dificuldade (impossibilidade) de conferência de bens em 2020, causada pela restrição do trabalho presencial devido o combate à pandemia da COVID-19, a referida seção ressaltou que as conferências de bens pendentes poderão ser realizadas no próximo inventário, assim que as condições permitirem.

Local	Fortaleza – CE	Data	08/01/2021
Contadora Responsável	Juliana Almeida Costa	CRC/CE	024104/O-5